

André Clark, da Siemens Energy: “Sem um bom regulador, lei do gás pode demorar para atrair investimentos

BARBOSA, Mariana. “André Clark, da Siemens Energy: “Sem um bom regulador, lei do gás pode demorar para atrair investimentos””. O Globo. Rio de Janeiro, 17 de agosto de 2020.

Fabricante de turbinas a gás para geração de energia e sócia na Gás Natural Açú (GNA), um dos maiores investimentos no setor no país, a Siemens é das mais interessadas na aprovação da Lei do Gás. Mas, para André Clark, general manager da Siemens Energy no Brasil, a lei sozinha não será suficiente para estimular o mercado. Sem uma boa regulação e um "empurrão" do Estado, a demanda e os investimentos vão demorar mais para acontecer. No embate ideológico que divide a pauta da Economia, Clark está do lado dos que defendem o Pró-Brasil, embora insista não ver contradição nas agendas fiscal e desenvolvimentista. — Quando você olha os cronogramas de desembolso do Pró-Brasil, não vejo incompatibilidade. Muitos desses projetos só terão desembolso real muito mais perto de 2024 ou 25 —, diz.

Nas últimas semanas, o executivo tem se ocupado com a pauta ambiental, que considera "preocupante". Ele participou, junto com outras lideranças empresariais, de conversas virtuais com os chefes do Supremo, do Congresso e com o vice-presidente Hamilton Mourão para tratar do desmatamento ilegal da Amazônia.

Qual a importância da nova lei do gás para destravar os investimentos estimados em R\$ 40 bilhões?

Nova lei é fundamental e urgente e cria mercados novos que o Brasil não tinha, que estavam cerceados pela falta de competição. Mas a lei sozinha não rege o mercado. Quem rege é o regulador — que hoje prescinde de três de seus principais diretores, inclusive o presidente. Não pode. É uma situação muito perigosa. Sem um bom regulador, corremos o risco de ver um longo processo até o mercado pegar. A ANP (Agência Nacional do Petróleo) nem de longe está preparada. Tem que montar equipe, ter sistemas de gestão, de inteligência. E definir o modelo para atrair investimentos. E tem uma outra dimensão. Gás, assim como saneamento, entra no âmbito subnacional, com uma extrema heterogeneidade de Estados e Municípios. Como tornar a regulação de natureza subnacional crível, com ética e compliance? A falta de regulação pode entupir o sistema e criar embates que vão parar no Judiciário.

A lei vai ser capaz de reduzir o preço do gás à metade, como o governo tem prometido?

Aí são promessas. O objetivo estratégico é sair de uma situação em que o país não tem gás competitivo, a US\$ 14 o milhão de BTU. Mas como chegar em um gás a US\$ 4 ou US\$ 5 ou menos? Vamos ver para onde vai o mercado. Acredito que o

Estado vai ter que ter participação importante. Enquanto o equilíbrio não se define, os *players* terão que ser incentivados de alguma forma.

O Gás Natural do Açu foi desenhado para receber o gás do pré-sal. O primeiro e o segundo gasoduto submarino [*para trazer o gás do pré-sal para a costa*] terá que ter certo empurrão. É o ovo ou a galinha. Trago gás porque tem mercado ou tenho mercado porque eu trago gás?

Mas tem outro aspecto da lei que é autorização para o transporte e estocagem do gás, abrindo um novo mercado. E vai aparecer gás de todo lado. Não só no Sudeste, mas Sergipe também. Na Guiana, entrando pelo ambiente amazônico, a própria bacia do Solimões com importantes descobertas de gás. A gente obviamente será consumidor natural do *shale* da região de Vaca Muerta na Argentina. E a Bolívia tem no Brasil um consumidor cativo.

Como vê a agenda ambiental do governo?

Preocupante. Antes de falar de questão reputacional, de narrativa e de imagem, vou te dar a perspectiva da estratégia energética nacional. A Amazônia regula o regime de chuvas do Brasil e na América Latina: 60% do sistema energético elétrico brasileiro é hidrelétrico, depende desse mesmo regime de chuvas, regulado pela Floresta Amazônica que já foi 20% destruída.

Alguns cientistas temem chegarmos em um ponto de não retorno. A destruição acelerou nos últimos três anos. O Brasil é campeão da energia verde. Mas o Sudeste e o Centro-Oeste, de onde vem a matéria-prima para o etanol, também depende do regime das chuvas da Amazônia. Estrategicamente, do ponto de vista de energia, a Amazônia é essencial para a sobrevivência futura do Brasil.

A floresta só precisa ficar em pé.

Número 1. Número 2: Na questão da captura do carbono, talvez a maior captura de eficiência seja a regeneração florestal, como de áreas degradadas da Amazônia. Se a gente negociar direito e criar a nossa própria precificação de carbono, pode ser uma fonte de renda importante. O terceiro é a bioeconomia, com pesquisa e desenvolvimento de produtos da Amazônia. O quilo do Açaí vale mais do que o ouro que se extrai ilegalmente da Amazônia. E gera emprego e renda. Imagina isso como política pública. Você pode ter um Vale do Silício da Bioeconomia.

Por último, o Brasil, se quer atrair investimentos internacionais, não pode conviver com desmatamento ilegal. Desmatamento ilegal é ilegal. Significa que a lei não está sendo obedecida numa região importante do país. É criminoso. Roraima é um dos maiores centros produtores de ouro no Brasil sem ter uma mina cadastrada. Não é problema de narrativa, é problema de conteúdo. Mas que não vem só deste governo.

A Covid deu mais urgência à pauta ambiental?

O mundo emerge dessa pandemia ciente de que a interação humana com destruição do meio ambiente e a não valorização da biodiversidade podem provocar danos ainda maiores do que a Covid. Estamos perdendo a oportunidade de nos posicionarmos na bioeconomia, como uma economia verde singular e atrair capitais brasileiros e internacionais de alto nível. É uma saída das visões “derruba a floresta para o progresso”, e “fecha tudo e forma um parque”, para uma política pública de grande competitividade para o Brasil do futuro.

Mas o que se vê é o Ministério do Meio Ambiente desmobilizando a capacidade de fiscalização.

Essa é a grande questão. Os 3 pilares institucionais — Judiciário, Legislativo e parte do Executivo, na figura do vice-presidente da República — me parecem estar numa direção muito concreta de evolução dessas discussões. Mas o resultado está aí para todo mundo ver: desmatamento recorde e queimadas. Os números são auditáveis e acompanhados por todo mundo no planeta. Isso passará a ser parte do risco país. E será uma demanda dos investidores. Onde ponho meu dinheiro? Em um país que cuida bem do futuro, ou que está gastando o futuro agora?

André Clark é general manager da Siemens Brasil